

INSTRUÇÃO NORMATIVA**DECISÃO PLENÁRIA****INSTRUÇÃO NORMATIVA****Nº 12/2021/TCMPA, de 19 de maio de 2021.**

EMENTA: Dispõe sobre a aprovação da Nota Técnica nº 03/2021/TCMPA, que estabelece Recomendações aos Municípios do Estado do Pará, a partir das informações obtidas no Levantamento e Acompanhamento das ações da educação pública municipal diante da pandemia da COVID-19, apresentadas no Relatório de Acompanhamento do Retorno às Aulas Presenciais dos Municípios Paraenses em relação à adoção de medidas sanitárias, pedagógicas, de alimentação e transporte escolar, no retorno às atividades do ano letivo de 2021, e dá outras providências.

O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições constitucionais que lhe são conferidas, bem como no exercício do poder regulamentar de matérias de sua atribuição no âmbito de sua competência e jurisdição, na forma do art. 2º, II, da Lei Complementar nº 109, de 27 de dezembro de 2016 e dos artigos 3º e 4º, do Regimento Interno (Ato nº 23/2020), por intermédio desta Instrução Normativa de cumprimento obrigatório;

CONSIDERANDO as Diretrizes para protocolo de retorno às aulas presenciais, emanadas pelo Conselho Nacional de Educação ([CONSED, junho/2020](#));

CONSIDERANDO os Subsídios para elaboração de protocolos de retorno às aulas na perspectiva das Redes Municipais de Educação ([UNDIME/2020](#));

CONSIDERANDO a **Nota técnica CTE-IRB nº 01/2020** que encaminha recomendações e sugestões aos Tribunais de Contas Brasileiros para mitigar os impactos negativos gerados pela pandemia de coronavírus na educação;

CONSIDERANDO a **Nota Técnica CTE-IRB nº 03/2020** que encaminha sugestões e recomendações aos Tribunais de Contas Brasileiros visando ao acompanhamento e à fiscalização das ações desenvolvidas pelos entes públicos na área da educação mediante a utilização de plataformas digitais, sobretudo quanto ao tratamento e à proteção de dados;

CONSIDERANDO as Recomendações para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE no retorno presencial às aulas durante a pandemia da COVID-19: educação alimentar e nutricional e segurança dos alimentos. ([Brasília: FNDE, 2020](#));

CONSIDERANDO o **Parecer CNE/CP nº 5/2020**, que dispõe sobre a reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade da carga horária mínima anual em razão da Pandemia da COVID-19;

CONSIDERANDO o **Parecer CNE/CP nº 11/2020**, Orientações Educacionais para a Realização de Aulas e Atividades Pedagógicas Presenciais e Não Presenciais no contexto da Pandemia;

CONSIDERANDO a **Lei Federal nº 14.040 de 18 de agosto de 2020** que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009;

CONSIDERANDO as Orientações para Retomada segura das atividades presenciais nas Escolas de Educação Básica no Contexto da Pandemia da COVID-19, emanadas do Ministério da Saúde (MS, setembro/2020);

CONSIDERANDO a **Instrução Normativa nº 006/2021-TCMPA**, que dispõe sobre o monitoramento das ações públicas desenvolvidas pelos Municípios do Estado do Pará quanto à adoção de medidas sanitárias, pedagógicas, de alimentação e transporte escolar, no retorno às atividades do ano letivo de 2021.

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar a Nota Técnica nº 03/2021/TCMPA, constante do ANEXO ÚNICO, desta Instrução Normativa, objetivando a orientação dos Municípios Jurisdicionados e área técnica do TCM PA.

Art. 2º. A Nota Técnica 03/2021/TCMPA é de observância obrigatória pelos jurisdicionados do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

Art. 3º. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, 19 de maio de 2021.

